

## O PODER DAS FAMÍLIAS NAS ELEIÇÕES DE 2016 NO PARANÁ: COMO E POR QUÊ PARENTES E POLÍTICAS SE PERPETUAM NO ESTADO?

Eduardo Soncini Miranda<sup>1</sup>  
Tiago Valenciano<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca explicitar as relações entre as famílias políticas tradicionais e o resultado eleitoral de 2016 no Estado do Paraná, em relação à capital Curitiba. Nosso enfoque parte da relação do “familismo” no Paraná com o campo da política, bem como a análise destes perfis a partir da prosopografia. Nesse sentido, a pesquisa propõe uma reflexão sobre o impacto das recentes e profundas mudanças político/institucionais no Brasil em relação a continuidade e perpetuação de sujeitos/atores/famílias tradicionais no processo eleitoral curitibano, que reflete diretamente na política estadual. Através da análise das principais mudanças nas regras eleitorais e do resgate histórico do conturbado cenário político (pós impeachment) observamos os resultados eleitorais na capital com seus principais candidatos. Constatamos que em 100% das candidaturas a chefia do poder executivo ligados a estruturas de parentesco/familismo político. Resgatamos as origens/genealogias de todos os candidatos envolvidos e relacionamos com os resultados eleitorais para a Prefeitura da Capital. Concluímos que a despeito das recentes mudanças e transformações políticas/sociais/institucionais ocorridas em 2016, alguns “velhos” condicionantes mostraram sua força e resistência no sentido de ainda hoje serem variáveis fundamentais para a explicação do comportamento e do sucesso eleitoral dos candidatos.

**Palavras-chave:** Prosopografia; Nepotismo; Curitiba.

## THE POWER OF FAMILIES IN THE 2016 PARANÁ ELECTIONS: HOW AND WHY KINDERGARTEN AND POLITICS PERPETUATE IN THE STATE

**Abstract:** his article seeks to make explicit the relations between traditional political families and the 2016 electoral result in the State of Paraná, in relation to the capital Curitiba. Our focus is on the relationship of "familism" in Paraná with the field of politics, as well as the analysis of these profiles from prosopography. In this sense, the research proposes a reflection on the impact of recent and profound political / institutional changes in Brazil in relation to the continuity and perpetuation of traditional subjects / actors / families in the electoral process in Curitiba, which reflects directly in the state policy. Through the analysis of the main changes in electoral rules and the historical recovery of the troubled political scene (post impeachment) we observe the election results in the capital with its main candidates. We find that in 100% of the candidacies the head of executive power linked to structures of kinship / political familism. We rescued the origins / genealogies of all the candidates involved and related to the election results for the City Hall of the Capital. We conclude that in spite of the recent political and social / institutional changes and transformations that occurred in 2016, some "old" conditioners showed their strength and resistance in the sense that they are still fundamental variables for explaining the behavior and electoral success of candidates.

**Keywords:** Prosopography; Nepotism; Curitiba

- Enviado em 15/07/2017
- Aprovado em 28/07/2017

<sup>1</sup> Doutorando em Ciência Política pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFPR. E-mail: [eduardomiranda@ufpr.br](mailto:eduardomiranda@ufpr.br)

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia pela UFPR, pesquisador do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP) da Universidade Federal do Paraná. E-mail: [tiagovalenciano@gmail.com](mailto:tiagovalenciano@gmail.com)

Uma versão preliminar desse texto foi apresentada no 18º Congresso Brasileiro de Sociologia. Que Sociologia fazemos? Interfaces com contextos locais, nacionais e globais realizado de 26 a 29 de julho de 2017 no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília/DF.

## Introdução

As eleições de 2016 foram realizadas dentro de uma série de características específicas que as marcaram dentro da história política brasileira. Características macro, tais como: cenário político instável, denúncias de corrupção, somadas as mudanças micro, tais como: alterações nas leis eleitorais e manifestações populares contra corrupção, poderiam sugerir uma série de incertezas e modificações durante o pleito e também em relação ao seu resultado final. De fato, algumas mudanças aconteceram e surtiram efeito nos resultados institucionais e eleitorais, mas veremos nesse texto como alguns “velhos” condicionantes também mostraram sua força e resistência no sentido de ainda hoje serem variáveis fundamentais para a explicação do sucesso eleitoral dos candidatos. Em especial focaremos o “Familismo” na capital do Estado do Paraná.

O presente artigo busca explicitar as relações entre as famílias políticas tradicionais e o resultado eleitoral de 2016 em Curitiba. Nosso enfoque parte da relação do “familismo” no Paraná com o campo da política, bem como a análise destes perfis a partir da prosopografia. Nesse sentido, a pesquisa propõe uma reflexão sobre o impacto das recentes e profundas mudanças político/institucionais no Brasil em relação a continuidade e perpetuação de sujeitos/atores/famílias tradicionais no processo eleitoral municipal.

Através da análise das principais mudanças nas regras eleitorais e do resgate histórico do conturbado cenário político (pós impeachment) observamos a disputa e o resultado da eleição curitibana, constatando que 100% das principais candidaturas analisadas os candidatos a chefia do poder executivo são ligados às estruturas de parentesco/familismo político.

Para tal, vamos apresentar em primeiro lugar o aporte teórico do referido artigo. Em seguida, há uma breve análise do contexto político pré-eleitoral, marcado sobretudo pelo processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff (PT). Por fim, iremos estudar o perfil destes candidatos, para apontar as conclusões acerca da referida disputa eleitoral.

Resgatamos as origens/genealogias de todos os candidatos envolvidos e concluímos que a despeito das recentes mudanças e transformações políticas/sociais/institucionais ocorridas em 2016, alguns “velhos” condicionantes mostraram sua força e resistência no sentido de ainda hoje serem variáveis fundamentais para a explicação do comportamento e do sucesso eleitoral dos candidatos.

## PROSOPOGRAFIA E AS TRAJETÓRIAS SOCIAIS

O conceito de prosopografia é amplamente debatido nas pesquisas que envolvem a história e as ciências sociais. Os recentes trabalhos sobre o tema versam a necessidade de aproximação das áreas, destacando que a prosopografia tem sido utilizada como método muito mais nas ciências sociais do que na história. Dentre os estudiosos do assunto, destacamos Stone (2011), definindo-a como a “investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (Stone, 2011: p. 115). Esta afirmação metodológica facilita o estudo das biografias coletivas, isto é, de um grupo de atores sociais que se relacionam entre si por algum atributo social.

Dentre as questões de investigação histórica usualmente pesquisadas, Stone declara que o uso da prosopografia é uma importante ferramenta, pois:

Refere-se à estrutura e à mobilidade sociais: um conjunto de problemas envolve a análise do papel na sociedade, especialmente as mudanças nesse papel ao longo do tempo, de grupos de status específicos (usualmente da elite), possuidores de títulos, membros de associações profissionais, ocupantes de cargos, grupos ocupacionais ou classes econômicas [...] de um certo status político ou posição ocupacional, o significado dessa posição em uma carreira e o efeito de deter essa posição sobre as fortunas da família. (Stone, 2011: p. 116)

Quer dizer, optamos pelo método prosopográfico pela facilidade na busca de conexões entre a trajetória política dos integrantes das famílias estudadas e as conexões inter e extra familiares estabelecidas pelos seus membros. Ou seja, partir do princípio que as biografias coletivas, ora colocadas lado a lado, ora justapostas, prevê que a dinâmica e a interação destes grupos familiares e societários ainda importam na configuração social atual do Paraná.

Do mesmo modo, nosso interesse por este grupo familiar reflete às preocupações de Bourdieu (1986), argumentando que o sujeito e o objeto da biografia acabam se interessando pela lógica da narrativa biográfica. Por esta visão do autor, podemos enfatizar que não somente as famílias pesquisadas almejam conhecer suas origens e seus destinos, mas também há a possibilidade de que outras pessoas questionem: afinal, quem compõe esta nova classe? De onde vieram? Para onde vão?

Nesta busca biográfica, salientamos que não somente as biografias interessam, mas sim o “balanço” orientado pela trajetória de seus membros, isto é, qual foi o itinerário percorrido ao longo dos anos por seus integrantes, quais cargos ocuparam, que conexões políticas estabeleceram? Esta sucessão de acontecimentos marcados na história é tratada por Bourdieu, dizendo que:

O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontando com o mesmo espaço dos possíveis. (Bourdieu, 1986: p. 190)

Assim, é necessário avaliar e analisar o campo em que as trajetórias de vida ocorreram: suas conquistas, seus relacionamentos, sua presença em determinado período da história. Este artigo justifica-se, portanto, por três argumentos. O primeiro deles diz respeito à necessidade de pesquisar as trajetórias políticas da elite, algo que muito auxilia nas respostas de perguntas ainda não decifráveis na história política paranaense. O segundo valoriza a biografia coletiva das famílias, importante agrupamento político e social do Estado e que buscam sempre a expansão no cenário estadual. E o terceiro trata sobre a questão central da política regional, a nosso ver: a família e suas relações com o poder político.

Conforme Oliveira (2012), existem sessenta e duas famílias que comandam a sociedade paranaense desde a emancipação política do território: dos cartórios à justiça, do Poder Executivo ao Poder Legislativo, o nepotismo perpassa pelas estruturas sociais do Estado. E, é claro que, enquanto sistema que reproduz, o nepotismo também precisa se reinventar. Diante desta “reinvenção” é que analisamos as relações de parentesco durante a disputa eleitoral de cinco municípios no Paraná, oriundas é claro da própria máquina familiar destas sessenta e duas famílias apontadas. Questionamos então: em qual medida o nepotismo pode se reinventar para as gerações futuras da política regional a partir das eleições de 2016?

## **CONTEXTO DAS ELEIÇÕES 2016: UMA VISÃO DO PARANÁ PELA CAPITAL**

O ano de 2016 marcou a política brasileira como um ano histórico. Como se não bastassem as incertezas inerentes a toda ruptura institucional derivada de qualquer traumático processo de impeachment, o mundo político também iniciou um processo de mudanças nas leis eleitorais para as eleições de 2016. Ambos os fatos foram bastante catalizados pelas manifestações populares nas ruas e pela série de denúncias e investigações sobre a corrupção política que permeou todo o noticiário brasileiro do ano – esse fato pode ser condensado e resumido pela notoriedade da operação Lava-Jato perante a sociedade em geral.

Em março de 2016, o governo Dilma é alvo de um grande protesto nacional pelo impeachment. Em mais de 300 municípios brasileiros, ao menos 3,5 milhões de pessoas vão às ruas,

segundo a Polícia Militar (PM). Para os organizadores, são cerca de 7 milhões de manifestantes. No Paraná aconteceram protestos em diversas cidades por todo o Estado: Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Castro, Apucarana, Foz do Iguaçu, Paranavaí, Umuarama entre outras. Na capital, cerca de 80 mil pessoas participaram do ato, já os organizadores estimam que foram cerca de 100 mil pessoas que tenham passado pelo protesto. Em Londrina foram cerca de 45 mil pessoas protestando nas ruas segundo estimativa da PM, a organização chega a falar em 40 mil pessoas; em Maringá foram 7 mil pessoas participaram do ato de acordo com a PM, já a organização estima 15 mil manifestantes. Entre as faixas era possível ver pessoas que defendiam o fim da corrupção e o impeachment da presidente Dilma e enalteciam o juiz Sergio Moro.

Ainda em março, a Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), divulgou nota se posicionando a favor do impeachment da presidente Dilma. A nota dizia ser “...*manifesto em que pede a saída da presidente, repudia manobras políticas que beneficiam o ex-presidente Lula e declara apoio a todas as ações de combate à corrupção no país...*”<sup>3</sup>

Acusada de crime de responsabilidade fiscal e de edição de decretos sem autorização do Legislativo, Dilma assiste em abril, a votação mais longa da história da Câmara dos Deputados. Presidida pelo então deputado federal Eduardo Cunha (PMDB/RJ) os cerca de 513 deputados federais de 25 partidos declaram seus votos no plenário e com 367 votos a favor, o processo de impeachment contra Dilma passou na Câmara e seguiu para o Senado.

Dos 30 deputados federais do Paraná, 26 votaram a favor e quatro contra a abertura do processo. Em maio de 2016 a então presidente reeleita em 2014 com mais de 54 milhões de votos<sup>4</sup> foi afastada do cargo. Por 55 votos a favor e 22 contra, o Senado da República referendou a abertura do Impeachment. Dos três Senadores do Paraná, dois votaram contra – Roberto Requião (PMDB) e Gleisi Hoffmann (PT) e um a favor: Álvaro Dias (PV).

No dia 12 de maio, com o afastamento da presidente Dilma (PT), assume o vice, Michel Temer (PMDB) de maneira interina. O senado teria 180 dias para realizar o julgamento final, regido pelo Superior Tribunal de Justiça. Durante todo esse processo, o calendário eleitoral visando as eleições municipais de 2016 já estava vigente, mas mais de maneira formal, do que de maneira efetiva, vale dizer na prática; devido a enorme atenção da população para os fatos do cenário nacional.

---

<sup>3</sup> Ver mais em <http://www.fiepr.org.br/nossosistema/o-posicionamento-da-fiepr-em-relacao-a-crise-do-pais-2-12480-311799.shtml> Acesso em novembro de 2016.

<sup>4</sup> Em outubro de 2014, Dilma foi reeleita com 54.501.118 votos (51,64%), derrotando o ex-governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), com 51.041.155 votos (48,36%).

As principais mudanças nas eleições de 2016 em relação às de 2014 foram determinadas pelo projeto de reforma política aprovado no Congresso em 2015 e sancionado em outubro daquele ano. Após a reforma, pela primeira vez, desde 1994, empresas estão proibidas de fazer doações eleitorais a partidos ou candidatos. As campanhas terão de ser financiadas exclusivamente por contribuições de pessoas físicas ou por recursos do Fundo Partidário. Há ainda um teto para gastos definido pela Justiça eleitoral. O candidato a prefeito poderá gastar até 70% do valor declarado pelo concorrente que mais gastou na disputa anterior, se tiver havido um só turno, e até 50%, se tiver havido dois turnos. Em município com até 10 mil habitantes, limite para candidatos a prefeito será de R\$ 100 mil. Em relação aos debates, só será convidado o candidato de partido com mais de nove deputados federais.

O que se viu na prática foi uma série de mudanças nas leis eleitorais: as campanhas foram reduzidas de 90 para 45 dias, começando em 16 de agosto. A partir dessa data começam as propagandas eleitorais dos candidatos, dos partidos/coligações e a campanha pela internet. O período de propaganda dos candidatos no rádio e na TV também foi diminuído de 45 para 35 dias, tendo início em 26 de agosto, em primeiro turno.

Finalmente em plena campanha municipal, no final de agosto, por 61 votos a 20, o plenário do Senado decidiu pelo impeachment de Dilma Rousseff. Não houve abstenção. O resultado foi proclamado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, que comandou o julgamento do processo no Senado. No julgamento final, no senado, o resultado final foi de 61 votos a 20. Os três senadores do Paraná mantiveram seus votos anteriores.

No Paraná em destaque, a operação Lava-Jato ganhou especial atenção da sociedade local. Por ser sede física e ter na figura do juiz Sergio Moro (paranaense) o protagonista do poder judiciário, o cenário das eleições de 2016 era bastante voltado a esse contexto, tanto por candidatos/partidos políticos quanto pelos próprios eleitores no Estado.

## **OS NUMEROS DE CURITIBA NO CONTEXTO ESTADUAL**

O Paraná tem atualmente cerca de 8 milhões de eleitores que votaram para prefeitos e vereadores no Estado nas eleições de 2016<sup>5</sup>. Foram ao todo 545 candidatos a prefeitos e 8752 a vereador nos 399 municípios paranaenses. Apenas cinco cidades no Estado poderiam ter segundo

---

<sup>5</sup> O número exato é 7.869.435 segundo o Tribunal Regional Eleitoral- TER/PR.

turno devido ao número de eleitores<sup>6</sup> – 1) A capital Curitiba com cerca de 1,1 milhão de eleitores, seguida por 2) Londrina (360,5 mil), 3) Maringá (256,9 mil), 4) Ponta Grossa (225,9 mil) e Cascavel (204,5 mil). Apenas em Londrina não houve segundo turno.

Apesar de ser o epicentro estadual de todas as manifestações contra a corrupção, das velhas práticas políticas e ser sede da operação lava-jato, o que se viu em Curitiba foi uma disputa entre velhas oligarquias políticas, tanto no plano de vista do pleito executivo quanto pelo legislativo. De saída, dos 9 candidatos ao palácio 29 de março, 5 deles - mais da metade - é oriunda de famílias tradicionais na política paranaense. A começar pelo atual prefeito, Gustavo Fruet (PDT), que concorre à reeleição e que tem como seus principais adversários, Requião Filho (PMDB), Rafael Greca (PMN), Maria Victoria (PP) e Ney Leprevost (PSD). Os demais candidatos são: Ademar Pereira (PROS), Afonso Rangel (PRP), Tadeu Veneri (PT) e Xênio Melo (PSOL).

No primeiro turno das eleições foram computados pela Justiça Eleitoral 1.077.252 votos, num comparecimento total de 83,56% dos eleitores da cidade. Rafael Greca recebeu 356.359 votos, (38,38% dos votos válidos). Ney teve 219.727 votos (23,66% dos votos válidos). O atual prefeito Fruet ficou com 20,03% dos votos válidos, num total de 186.067 votos.

<b>Resultado completo da eleição para Prefeitura de Curitiba</b>
Rafael Greca (PMN) – 38,37%
Ney Leprevost (PSD) – 23,67%
Gustavo Fruet (PDT) – 20,03%
Maria Victoria (PP) – 5,66%
Requião Filho (PMDB) – 5,60%
Tadeu Veneri (PT) – 4,28%
Ademar Pereira (PROS) – 1,24%
Xênia Mello (PSOL) – 1,15%
Branco – 4,78%
Nulos – 9,00%

**Rafael Greca de Macedo é ...A TEIA DO NEPOSTISMO** - Sua família tem poder desde 1693. Já forneceu outros quatro prefeitos, inclusive o primeiro, em 1835. O Paraná tem uma oligarquia de 50 famílias, muito interligadas, quase todas vindas de troncos paulistas do século 17.

<sup>6</sup> Apenas municípios com mais de 200 mil eleitores registrados podem ter segundo turno no caso de nenhum candidato atingir sozinho a quantia de 50% mais um voto, segundo a lei eleitoral.



A ascendência da família Macedo, tem como berço a Monarquia Portuguesa do século XI, “com o nobre Gonçalo Annes Borges, décimo primeiro avô de Simão Borges de Cerqueira, pai de Maria de Cerqueira Leme a qual casou em Itú com o Fidalgo Duarte da Távora Gambôa, natural de Alhos Verdes, Portugal”. Tiveram uma filha chamada Catharina de Macedo Baldraga, a qual matrimoniou-se com João Corrêa de Fonseca, sendo este o tronco da linhagem Macedo no Paraná. Do enlace matrimonial de João Corrêa e Catharina, tiveram vários filhos entre eles, Maria Corrêa de Macedo que uniu-se a Manoel Ribeiro Callado, deixando descendência de seis filhos, dentre eles, Manoel Ribeiro de Macedo.

A descendência de Manoel Ribeiro de Macedo passou a ocupar os espaços sociais de decisão e prestígio diretamente vinculados ao poder político (Executivo, Legislativo e Judiciário) e à burocracia pública. Tiveram parentes na Interventoria, no Governo do Estado, na Polícia Estadual e Federal, no Tribunal de Justiça, Tribunal de Alçada, Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa, Prefeituras de diversos Municípios, Reitoria, Universidade Federal do Paraná, nas Secretarias do Estado, no Magistério Público, no antigo Tesouro do Estado, nas Funções Públicas e Privadas, na Indústria e no Comércio. Nestes 108 anos de Associação Comercial do Paraná, 37 foram presididos por pessoas descendentes ou ligados diretamente à Família de Manoel Ribeiro de Macedo.

Aqueles que não possuíam vínculos matrimoniais com famílias tradicionais pertencentes à elite, tratavam de estabelecê-lo, assim a sua filha Anna Rosa de Macedo matrimoniou-se com a importante família do Tenente Coronel James Pinto de Azevedo Portugal, que vinha a ser filho do Coronel Francisco Pinto de Azevedo Portugal e, neto de Diogo Pinto de Azevedo Portugal (Conquistador Militar a serviço da Coroa Portuguesa/ Grande proprietário).

Desse tronco, que reúne a família Macedo e a Azevedo Portugal terá início a linhagem mais tradicional do sistema judicial paranaense, constituindo uma estirpe ou clã de juristas composta direta ou indiretamente por sete famílias (*ethos* de classe/socialização no interior de uma posição social específica), entre elas a família Macedo Portugal, Azevedo Portugal, Rotoli de Macedo, Riquelme de Macedo, Pereira de Macedo, Marés de Souza e Sotto Maior.

A família Macedo tem grande poder e influência, sendo uma das mais antigas oligarquias do Paraná. Um dos sobrenomes que continua comum entre as classes dominantes. Muito influente na Associação Comercial e no Tribunal de Justiça. Tem poder desde o período colonial, atravessando o Império e a Primeira República, no século XX. E ressurge na política de Curitiba novamente com Rafael Greca de Macedo.



### **Ney Leprevost**

O avô de Ney, que tinha o mesmo nome. Nasceu em Curitiba no dia 23 de outubro de 1911. Filho de José Leprevost e de Angelina Curial. Estudou no antigo Ginásio Paranaense, da rua Ébano Pereira. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, em 1936. Começou sua carreira como fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (1935-1936). Serviu como primeiro Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento do Paraná, origem do Tribunal do Trabalho. Integrou o conselho da Ordem dos Advogados de 1937 a 1947.

Atuante no Partido Social Democrático (PSD), foi candidato a deputado por duas vezes, sendo eleito como suplente. Exerceu entre 1947 e 1948 o cargo de Procurador-Geral do Estado. Prefeito de Curitiba de 1948 a 1949. Foi Procurador Fiscal até 1954, cargo no qual se aposentou. Foi Procurador no Tribunal de Contas de 1947 a 1957. Empresário, edificou o prédio da Galeria Tijucas, marco da cidade nas décadas de 1950 e 1960. Morreu em 6 de setembro de 1979.

O pai, Luiz Antonio Leprevost, nasceu em 30 de setembro de 1953. Formou em Direito na Faculdade de Direito de Curitiba em 1976. Durante da faculdade foi Operador de Créditos e financiamentos do Grupo Financeiro Ipiranga de 1971 a 1974. Depois foi Auxiliar de Gerencia no Banco Bamerindus do Brasil S/A de 1975 a 1978. Ocupou diversos cargos no Banco Real de São Paulo entre 1978 e 1983. Foi Diretor Administrativo Financeiro do Banestado S/A de 1984 a 1987. Foi Diretor Estatutário da Hermes Macedo Financiadora S/A de 1990 a 1992. Diretor de Recursos Humanos e Diretor de Serviços – Telecomunicações do Paraná S/A. – Telepar de 1992 a 1993. Diretor Técnico e de Operações – CIC – Companhia de Desenvolvimento de Curitiba em 1995. Também foi Diretor de Finanças e Patrimônio da ParanáPrevidência, Vice-Presidente e 1º Tesoureiro da Associação Comercial do Paraná de 1991 a 1993. Conselheiro do Clube Curitibano de 1997 a 2010; Conselheiro – Associação Comercial do Paraná em 2002. Conselheiro da Federação das Indústrias do Estado do Paraná em 2002. Conselheiro do Graciosa Country Clube em 2011. Foi membro do conselho de administração da SANEPAR de 2011 a 2015, depois diretor da subsidiária Copel Renováveis,

O tio de Ney, José Carlos Leprevost, nasceu em Curitiba no dia 19 de novembro de 1940, filho de Nei Leprevost e de Estela Surugi Leprevost. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná em 1962. Ainda no Paraná, exerceu os cargos de assistente técnico da presidência do Tribunal de Contas do Estado (TCE), chefe de gabinete da Secretaria de Agricultura e oficial-de-gabinete da Secretaria do Interior e Justiça.

No pleito de novembro de 1966, elegeu-se deputado federal por seu estado na legenda da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação política ao regime militar instaurado

no país em abril de 1964. Em novembro de 1970, foi reeleito na mesma legenda. Em janeiro de 1975 deixou definitivamente a Câmara dos Deputados.

Afastado da política, passou a dedicar-se às atividades na área da mineração e constituiu as empresas Leprevost e Cia. Ltda., Mineração Morretes Ltda. e Mineração São Brás S.A., em associação ao grupo de assistência médica paulista Samcil. Paralelamente às atividades nesse ramo, continuou no TCE-PR. Em 1989, foi convidado pelo governador de Rondônia, Jerônimo Santana (1987-1991), a assumir a Secretaria de Estado. Neste período ocupou o cargo de presidente da Companhia de Mineração de Rondônia (CMR). De volta ao Paraná, retomou suas atividades no TCE, aposentando-se em 1993.

A partir de então, passou a centralizar seus esforços para reativar a Metalurgia de Chumbo da Plumbum, implantada no vale da Ribeira. Entretanto, não foi bem-sucedido em seu empreendimento, pois a empresa fechou as portas em 1995 em meio a acusações de danos ao meio-ambiente e à saúde dos habitantes do município de Adrianópolis, localizado na região.

O irmão de Ney é João Guilherme Leprevost, dono do Bar da Brama e da CWB Brasil, empresa de entretenimento e organizadora de eventos musicais e culturais, alguns financiados pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

As conexões entre os poderosos são curiosas, atravessam conjunturas e o jogo situação-oposição. O deputado Ney Leprevost declarou seu orgulho pelo fato do seu grande amigo Alexandre Khury ter sido eleito 1º Secretário da Assembleia Legislativa. Khury começou sua vida pública como estagiário da Secretaria Estadual de Esporte e Turismo quando Leprevost, fiel aliado político de seu avô, era o responsável pela pasta.

### **Gustavo Fruet**

O avô de Gustavo, Constante Eugênio Fruet, foi presidente do Curitiba Foot-bool Clube em duas ocasiões, 1916-1917 e 1926. Com sua esposa, Geni Roslindo Fruet, foram dirigentes da Escola Dominical da Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba do Largo da Ordem, bastante tradicional nas primeiras décadas do século passado. O tio-avô de Gustavo, Humberto Fruet, foi o primeiro presidente do Savóia Futebol Clube, um dos primeiros clubes que deram origem ao Paraná Clube.

Gustavo entrou na política por meio do pai Maurício Fruet, ex-prefeito de Curitiba. Nascido e na capital paranaense, em 12 de agosto de 1939, Maurício se graduou Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFPR, foi vereador em Curitiba (1968-1970), deputado estadual por duas gestões (1970-1974 e 1974-1978), deputado federal (1978-1982), prefeito de Curitiba (1983-1985)

e novamente deputado federal (1986-1990). Foi Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, no primeiro governo de Roberto Requião (1991 – 1994).

Em 1998, Maurício Fruet estava em campanha para voltar à Câmara dos Deputados quando faleceu, no dia 30 de agosto, em Curitiba. A sua candidatura foi substituída pela de seu filho Gustavo Fruet, que fora eleito vereador de Curitiba em 1996. Foi o segundo candidato mais votado em Curitiba, com 45.929 votos. Em 2002, foi eleito para o segundo mandato de deputado federal, com 105.166 votos. Em 2006, Gustavo Fruet reelegeu-se com 210.674 votos, que fizeram dele o deputado federal mais votado do Paraná. Nas eleições de 2012, foi eleito prefeito de Curitiba para a gestão 2013-2016.

Como prefeito de Curitiba entre 2012 e 2016, Gustavo Fruet indicou a esposa, Márcia Oleskovicz Fruet, para comandar a Fundação de Ação Social (FAS) e a irmã, Eleonora Fruet, para assumir a Secretaria de Finanças.

Eleonora Fruet é economista formada pela Universidade Federal do Paraná em 1988, onde foi Presidente do Centro Acadêmico de Economia. Formada, começou a trabalhar na empresa Directa Auditores e Consultores (1989 a 1995), foi professora do Departamento de Economia da UFPR, nos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Econômicas em 1997 e 1998. Sócia-diretora da empresa de consultoria econômico-financeira Macrodinâmica. Secretária de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná de 2003 a 2004 no Governo Requião e Secretária Municipal da Educação de Curitiba de 2005 a 2010 nos governos Beto Richa e Luciano Ducci.

Seu outro irmão Cláudio Bonato Fruet é bacharel em Direito pela Universidade de Brasília, desde 1985. Advogado do Escritório Caputo Bastos & Fruet, como noticiado na imprensa, é um dos responsáveis pela escolha dos caças Gripen da Suécia pelo governo brasileiro.

A família Fruet também tem um pé no judiciário paranaense, com a juíza Beatriz Fruet, com Josiene Fruet Bettini Lupion, que foi Defensora-Geral do Estado do Paraná, com Tânia Fruet, assessora jurídica no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, entre outros.

No segundo turno, cerca de 33 milhões de eleitores voltaram às urnas em 57 municípios para votar para prefeito em todo o Brasil. Em Curitiba, as duas famílias Greca de Macedo X Leprevost se enfrentaram, Greca obteve 461.736 votos, que representam 53,25% dos votos válidos.

### **Maria Victoria**

É a mais nova herdeira dos Barros, família presente na política maringense desde o início da história do Município. Seu avô, Silvio Magalhães Barros, chegou em Maringá no início da década de 1940.

Silvio Magalhães Barros nasceu em 03 de setembro de 1927, em Aiuruoca-MG, filho de José Magalhães Barros e Olga Quiarelli. Com a família residindo em São Paulo-SP, Silvio se muda para Mandaguari após o falecimento da mãe para atuar como agrimensor. Como havia a necessidade de demarcação das terras de Maringá, Silvio decide mudar-se para o então distrito de Mandaguari, atuando nesta profissão.

O primeiro cargo público ocupado por Silvio Magalhães Barros<sup>5</sup> foi a vereança. Suplente durante a 3ª Legislatura (1960-1964), com 237 votos, Silvio assumiu ao longo do mandato, representando a UDN (União Democrática Nacional). Novamente candidato, foi eleito para 4ª Legislatura (1964-1969), com 260 votos. Neste ínterim, em 1966, foi eleito deputado estadual, ocupando a cadeira de 1967 até 1970, quando foi eleito deputado federal pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), com 29.618 votos.

Porém, a maior marca de Silvio Magalhães Barros na política foi a conquista da Prefeitura Municipal de Maringá em 1972. Dois anos após o término do mandato como prefeito, Silvio faleceu – em 1979.

Foi da união entre Silvio Magalhães Barros e Bárbara Cecily Netto Barros em dezembro de 1954 que se iniciou a carreira política da família Barros. Da união vieram os filhos: Christina Helena Barros (já falecida), Beatriz Barros, Bárbara Magalhães e os dois que enveredaram na vida pública – Ricardo José Magalhães Barros e Silvio Magalhães Barros II.

Ricardo José Magalhães Barros nasceu em 15 de Novembro de 1959. Formado em Engenharia Civil pela Universidade Estadual de Maringá. Casou-se com Débora Kasprovicz e, da união, nasceram as filhas Raffaele e Andressa. Divorciou-se de Débora e contraiu núpcias com Maria Aparecida Borghetti, tendo a filha caçula Maria Victória Borghetti Barros. A carreira política de Ricardo iniciou-se em 1988. Foi candidato a Prefeito de Maringá e foi eleito com 38.902 votos. O partido o qual representava era o PFL (Partido da Frente Liberal), recém criado na ocasião e que elegeu dois parlamentares para a Câmara Municipal.

Após o término do mandato frente ao Município, foi candidato a deputado federal, em 1994, ainda pelo PFL, obtendo 54.049 votos – o oitavo mais votado do Paraná. Já em 1998, foi reeleito deputado federal pelo PPB (Partido Progressista Brasileiro), atual Partido Progressista, ao qual se mantém filiado até hoje. Com 68.919 votos, ampliou o eleitorado e foi consolidando o posto de deputado federal que representa Maringá e região. Mantendo a tendência de ampliar a votação, Ricardo reelegeu-se para o terceiro mandato em 2002, com 118.036 votos.

Com 130.085 votos, foi eleito para o quarto mandato consecutivo em 2006, obtendo seu maior êxito nas urnas até então. Em 2010, veio e a primeira derrota de Ricardo. Foi candidato a

Senador pelo PP, na chapa encabeçada para o Governo do Estado por Beto Richa (PSDB). Apesar da expressiva votação (2.190.539 votos) Ricardo não foi eleito. Após a derrota para o Senado, Ricardo Barros foi indicado para assumir a Secretaria Estadual da Indústria, do Comércio e de Assuntos do Mercosul no governo Richa. Com o processo de impeachment de Dilma, Michel Temer indicou Ricardo como Ministro da Saúde. É proprietário de uma escola, de uma imobiliária e de uma construtora.

O irmão de Ricardo é Silvio Magalhães Barros II. Irmão de Ricardo, nasceu em 11 de dezembro de 1956. Também é formado em Engenharia Civil, sendo especialista em Engenharia Sanitária e Ambiental. Atuou na área turística em Manaus, sendo Secretário Estadual no Amazonas. Disputou a Prefeitura de Maringá pela primeira vez em 1996, obtendo 31.081 votos pelo PFL. Não disputou nenhum cargo para o Poder Legislativo em sua carreira política. Foi eleito pela primeira vez em 2004 pelo PP, obtendo 43.333 votos no primeiro turno e 92.052 no segundo turno para a Prefeitura de Maringá. Reeleito em 2008 (o primeiro da história), obteve 104.820 votos, representando 57% do eleitorado. Ingressou no PHS e é favorito para prefeitura de Maringá em 2016.

A mãe de Maria Victória é Maria Aparecida Borghetti Barros, natural de Caçador, Santa Catarina. Nasceu em 18 de fevereiro de 1965. Formada em Administração Pública pela Unisul e Especialista em Políticas Públicas pela UFRJ, é proprietária de uma agência de comunicação e marketing e já apresentou programa de TV veiculado em Curitiba. Iniciou sua militância na juventude do PDS, filiando-se ao PFL (que o marido também integrava), depois passou pelo PP até assumir a Presidência Estadual do Partido Republicano da Ordem Social – PROS. Depois, retornou ao PP.

A primeira candidatura de Cida Borghetti (seu usual nome político) foi em 2000, quando disputou a Prefeitura Municipal de Maringá pelo PP. Obtendo 22.931 votos, terminou a disputa em quarto lugar. Dois anos após, em 2002, foi candidata a Deputada Estadual, dobrando com o marido então candidato a Deputado Federal. Obteve 53.225 votos, elegendando-se.

Em 2006, foi novamente candidata, sendo eleita com 66.492 votos. A última candidatura ocorreu em 2010, quando disputou uma vaga para a Câmara dos Deputados e elegeu-se com 147.910 votos, a maior votação do casal em um pleito para o legislativo federal. Em 2014, foi eleita vice-governadora na chapa com Beto Richa e já é pré-candidata para o governo do Paraná em 2018.

A família Borghetti está presente em outros espaços políticos. O irmão de Cida, Juliano Borghetti, foi Secretário de Esportes (2001-2004) de Curitiba e vereador na mesma cidade, de 2008 a 2012, pelo PP. É casado com Renata Bueno, que foi vereadora no mesmo período em Curitiba e

atualmente é Deputada do Parlamento Italiano. Filha do ex-Prefeito de Campo Mourão e Deputado Federal, Rubens Bueno. Sua irmã está lotada no gabinete de Fábio Camargo no Tribunal de Contas.

Sua sobrinha Alana Borghetti Violanni atuava como assessora, lotada na Secretaria Geral da Presidência, ganhando um salário de R\$10.352,52 e atuava na área de cerimonial do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9). No gabinete de Cida, trabalha Sionara Maria Diedrichs Nascimento, irmã da desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, que foi presidente do TRT-9 de 2011 a 2013.

### **Requião filho**

Maurício Requião é um dos herdeiros políticos da família Requião Mello e Silva. Originária da Bahia, a família Requião destacou-se, no Paraná, no ramo comercial. Euclides Requião foi o primeiro desse nome na região. Já os Mello e Silva, também de origem nordestina, tiveram pequena notoriedade no campo da política local, tendo um maior destaque no campo intelectual. A começar por Justiniano de Mello e Silva, doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Córdoba, primeiro da família no Paraná.

Justiniano, trisavô de Requião Filho, foi bacharel em Direito, chegou ao Paraná em 1876, dentro da itinerância do Império, com o cargo de secretário da presidência de Lamenha Lins. Exercia as profissões de jornalista, polemista e também professor do Instituto Paranaense. Fundou o Colégio Paranaense ou Liceu Curitibano, atualmente o Colégio Estadual do Paraná e mantinha uma atividade intelectual muito considerável no Estado. Foi inspiração para vários poetas simbolistas paranaenses.

Na esfera política, iniciou sua carreira como deputado estadual no período provincial de 1854-1889, e em 1878-1879 foi substituto de Lourenço T. Ribas de Andrade no vigente governo de Jesuíno Marcondes. Três anos mais tarde, também exerceu a legislatura como deputado na esfera paranaense, no então governo de Carlos Augusto de Carvalho. Em 1890, Justiniano participa da fundação do primeiro Partido dos Operários do Paraná, escrevendo o Manifesto de Legitimação do partido.

Seu filho, o Coronel Wallace de Mello e Silva, foi camarista em Curitiba e também desempenhou a função de deputado estadual de 1914-1915, na vigência da Primeira República, durante o governo de Carlos Cavalcante de Albuquerque. No ano de 1930, o chamado Período Revolucionário, o Coronel Wallace, como era conhecido, voltou a ocupar o posto de deputado estadual no governo de Mário Alves Monteiro Tourinho.



Por sua vez, seu neto Wallace Thadeu de Mello e Silva, que exercia a profissão de médico psiquiatra, foi indicado pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto para a prefeitura municipal de Curitiba em 17 de julho de 1951, e foi exonerado no dia 1º de outubro de 1951. Posteriormente disputou a eleição para a prefeitura de Curitiba, perdendo para Ney Braga.

Como assinala Daiane Resende, a disputa de Wallace Thadeu, para a prefeitura da capital, mexeu muito com Roberto Requião, que a partir desse episódio revelou precocemente uma inclinação para a política, proferindo um discurso a carro aberto em favor da candidatura do pai. Roberto Requião foi acumulando capitais na esfera política, cultural e econômica, através de seu bisavô, avô e, principalmente, de seu pai, seu grande inspirador. Roberto Requião de Mello e Silva entrou efetivamente para a política paranaense com 41 anos como deputado estadual, no conturbado período de redemocratização, e se manteve numa sequência ininterrupta de êxitos eleitorais.

Roberto Requião de Mello Silva iniciou sua vida estudantil no Colégio Belmiro César, onde foi alfabetizado pela professora Maria Augusta Juve. Prosseguiu seus estudos no Instituto de Educação do Paraná, Grupo Escolar '19 de Dezembro' e no Internato Paranaense, sendo estas escolas públicas e tradicionais de Curitiba. Seus estudos superiores foram realizados na Universidade Federal do Paraná, na qual obteve o título de bacharel em Direito, no ano de 1966, e na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, onde concluiu o curso de Jornalismo no ano de 1964.

No período da graduação, Roberto Requião participou da militância estudantil como membro de centros acadêmicos, diretórios estudantis e no teatro universitário. Em sua juventude trabalhou na Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural no Projeto Ponto Quatro e liderou o movimento estudantil com ideais de esquerda. Casou-se com Maristela Quarenghi de Mello e Silva, com quem tem dois três filhos: Maurício, Roberta e Ricardo.

Roberto Requião entrou na política em 1982, quando eleito deputado estadual. Depois foi prefeito de Curitiba (1986-1988), ocupou a Secretaria de Desenvolvimento Urbano no governo Álvaro Dias governador do Paraná por três mandatos (1991-1994, 2003-2007, 2007-2011) e senador pelo mesmo estado (1995-2003, 2010-2018).

Maurício Requião de Melo e Silva nasceu em Curitiba no dia 19 de setembro de 1954, filho de Wallace Tadeu de Melo e Silva e Luci Requião de Melo e Silva. Em sua cidade natal, diplomou-se em psicologia na Universidade Federal do Paraná (Ufpr) em 1979. Estudou também psicologia social na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, de 1982 a 1983.

Na prefeitura de Curitiba, foi secretário especial da Coordenação de Programas, de 1986 a 1987, e, entre 1987 e 1989, secretário das Administrações Regionais. Entre 1991 e 1994, presidiu a



Fundação Educacional do Estado do Paraná (Fundepar). Filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) desde 1980, foi integrante do diretório regional de seu estado, candidatando-se a deputado federal no pleito de outubro de 1994. Eleito, foi empossado em fevereiro do ano seguinte, tendo participado dos trabalhos legislativos como titular da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Em junho de 2000 Maurício licenciou-se do cargo de assessor de gabinete de seu irmão para disputar a convenção do PMDB de Curitiba que escolheria o candidato para disputar as eleições à prefeitura da cidade no pleito de outubro do mesmo ano. Na ocasião, sua candidatura foi fortemente apoiada por Roberto Requião, descontentando lideranças na cidade e as bases do partido, que preferiam o deputado federal Gustavo Fruet como concorrente ao cargo de prefeito.

O fraco desempenho de Maurício Requião no pleito eleitoral, obtendo apenas 10,0% dos votos válidos, descontentou setores ligados a Fruet que começaram a afastar-se de Requião e de seu grupo político. Neste pleito elegeu-se prefeito de Curitiba o candidato do Partido da Frente Liberal (PFL), Cássio Taniguchi, apoiado pelo governador Jaime Lerner, que derrotou Ângelo Vanhoni do Partido dos Trabalhadores (PT) no segundo turno das eleições, o qual contou com o apoio de Maurício Requião. Nas articulações para a prefeitura de Curitiba de outubro de 2004, Maurício Requião liderou a corrente do partido que defendia o apoio à candidatura de Ângelo Vanhoni (PT), combatendo a facção liderada por Gustavo Fruet que defendia a candidatura própria.

A derrota da tese da candidatura própria na convenção partidária realizada em junho de 2004 determinou o progressivo afastamento de Fruet em relação a Requião e seu grupo político, culminando com seu pedido de desfiliação do PMDB em setembro do mesmo ano. No pleito de outubro, Fruet declarou seu apoio ao candidato eleito no segundo turno das eleições, o ex-deputado estadual Beto Richa (PSDB), que venceu o candidato Ângelo Vanhoni (PT), apoiado pelo PMDB, com 54,5% dos votos válidos.

Outros familiares fizeram parte dos governos de Roberto Requião entre 2003 e 2010. Heitor de Mello e Silva (primo) foi diretor de investimentos da Sanepar, Daniele de Mello e Silva (sobrinha) foi diretora de secretaria de Saúde, João Arruda (sobrinho) foi diretor da Companhia de Habitação do Paraná, Maristela Requião (esposa) foi diretora do Museu Oscar Niemayer, Paikan de Mello e Silva (sobrinho) da Paraná Educativa e Wallace de Mello e Silva, também com cargo no governo.

## SEGUNDO TURNO

Mais 400 mil curitibanos optaram por escolher nenhum dos dois candidatos que disputaram o segundo turno na cidade. A eleição municipal de 2016 foi a que a menor representatividade desde 1985, quando foi retomada a eleição direta para prefeito na capital somando o número total de eleitores que votaram em branco, nulo ou que simplesmente deixaram de comparecer as urnas<sup>7</sup>. Se fosse um candidato fictício, o candidato “não voto” iria para o segundo turno na frente do segundo colocado Ney Leprevost (PSD), que teve a preferência de cerca de 405 mil pessoas<sup>8</sup>.

<b>Resultado Final das eleições 2016 – Curitiba</b>
- Rafael Greca: 53,25% (461.736)
- Ney Leprevost (PSD): 46,75% (405.315)
- Votos em branco: 4,35% (44.834)
- Votos nulos: 11,45% (117.920)
- Abstenções: 259.399

Assim, observamos que a disputa eleitoral de Curitiba – concorrida necessariamente por candidatos majoritários ligados ao fenômeno do nepotismo, não produziu algo “novo” de fato: dois candidatos de família política tradicional chegaram à segunda etapa, sendo eleito Rafael Greca de Macedo (PMN), contra Ney Leprevost (PSD).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, o argumento de Oliveira (2012) de que a família ainda importa nas relações sociais no Brasil se confirma. Apontada como sinônimo de modernidade<sup>9</sup>, de pujança e desenvolvimento, Curitiba ainda mantém relações de poder pautadas pelo familismo, em que

---

<sup>7</sup> Segundo o TER/PR, se abstiveram neste domingo 20% dos eleitores da cidade, outros 11,45% votaram nulo e 4,35%, em branco.

<sup>8</sup> Nas capitais Curitiba (PR), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ) e Porto Alegre (RS), o número de abstenções e votos brancos/nulos somados foi maior do que a votação dos candidatos vencedores à prefeitura.

<sup>9</sup> Conforme matéria do Jornal “El País”. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/30/politica/1467311191\\_496018.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/30/politica/1467311191_496018.html)

grandes disputas eleitorais são marcadas por grandes famílias, envolvidas nos laços biológico, histórico, político, econômico e social que os unem ao longo dos anos.

Assim, nossa conclusão aponta para ratificar o argumento de Monteiro (2016), pois:

O capital político-familiar é o distintivo simbólico e material que se transmite pelo “nome de família” e pelo patrimônio material e simbólico do grupo familiar. Trata-se de uma espécie de capital político que se desdobra simbolicamente pela força exercida pela “palavra de ordem” família (Monteiro, 2016, p. 26)

Portanto, o símbolo família, atrelado à política, pautou a disputa da capital paranaense nas eleições de 2016: o simbolismo da volta de um Prefeito que já havia exercido o cargo (Rafael Greca) contra o simbolismo de um neto de ex-Prefeito. Ou seja: o segundo turno da disputa na capital do Estado do Paraná é mais um ingrediente que confirma o lastro histórico político-eleitoral do ingrediente família, que se perpetua em uma linha do tempo perene, não sazonal.

Nossos apontamentos são, desta forma, conclusivos para ratificar o argumento de que “as famílias ainda importam” no cenário político nacional, marcado por suas diversidades em processos, mas que tem como pano de fundo – e não tão fundo assim, uma família nuclear, poderosa, que condiciona o futuro das pessoas ainda por conta do poderio que esta exerce.

## Referências

- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983
- \_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: M. A. Ferreira & J. Amado, *Usos e abusos da história oral* - Rio de Janeiro: FGV, 1986.
- \_\_\_\_\_. *La noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Coisas Ditas*, São Paulo: Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Coisas ditas*. Tradução Cássia R. da Silveira; Denise M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Meditações pascalinas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- CODATO, A. PERISSINOTTO, R. Por um retorno à Sociologia das elites. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba: v. 16, n. 30, p. 7-15, jun. 2008
- HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HEINZ, Flávio M. CODATO, Adriano. A prosopografia explicada para cientistas políticos. In: CODATO, Adriano & PERISSINOTO, Renato. Como estudar elites? Curitiba: Editora UFPR, 2015.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. Porto Alegre: Revista Sociologias, ano 9, nº 17, jan/jun, 2007. P. 204-264.

MONTEIRO, José Marciano. A política como negócio de família. São Paulo: Editora LiberArs, 2016.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. O silêncio dos vencedores. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

\_\_\_\_\_. (org) Análise dos parlamentares paranaenses na entrada do Século XXI. Curitiba: APUFPR-SSind, 2002.

\_\_\_\_\_. (org) A construção do Paraná moderno – políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

\_\_\_\_\_. Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Insight, 2012.

\_\_\_\_\_. (org) Estado, Classe dominante e parentesco no Paraná. Blumenau: Nova Letra, 2015.

RESENDE, Daiane Carnelós. Elementos decisivos na construção da posição e ação política de Roberto Requião de Mello e Silva. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

STONE, Lawrence. Prosopografia. Revista de Sociologia e Política. Curitiba: v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.